

Seminário FESPSP 2017 - Incertezas do trabalho

02 a 05 de outubro de 2017

**GT 15: Relações Internacionais: os desafios do sistema
internacional perante as mudanças globais**

**O BNDES COMO FERRAMENTA DE PROJEÇÃO DE PODER REGIONAL
DURANTE O GOVERNO LULA**

Marta Nunes de Farias¹

RESUMO

Nosso trabalho tem como objetivo analisar um viés da política externa do Governo Lula (2003-2009), o uso dos financiamentos do BNDES como uma das principais ferramentas na projeção de poder na esfera regional. Beneficiado pela melhora no cenário econômico e comercial, Luiz Inácio Lula da Silva valeu-se da política externa para retomar o projeto desenvolvimentista nacional e reafirmar o status do Brasil como país latino americano, comprometido em fortalecer as relações Sul-Sul. Um dos meios utilizado para promoção e solidificação destes objetivos políticos foi o BNDES. Manter um bom relacionamento com os países da região sul americana era fundamental, e Lula encontrou, no fomento a integração regional física, uma forma de atender a necessidade de desenvolvimento da região e favorecer a indústria nacional, uma demanda da burguesia interna, o bloco dominante no poder. A política externa lulista deixa de ser unicamente de uma diplomacia focada na relação Norte-Sul e passa a liderar ações diplomáticas de diálogo para amenizar as tensões na América do Sul, promover a manutenção da paz, e desenvolver, de forma mais efetiva, através dos financiamentos, a integração e cooperação regional.

Palavras-chave: Lula; BNDES; Política Externa

1- O PROJETO DESENVOLVIMENTISTA NACIONAL

Em 10 de novembro de 1937, através de um golpe de Estado, Getúlio Vargas consolidou a instituição do Estado Novo. Durante um pronunciamento em rede nacional de rádio, Vargas lançou um *Manifesto à Nação*, no qual alegava que um dos principais objetivos do Estado Novo era “reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país”. A política econômica do Estado Novo, conduzida por Sousa Costa, Ministro da Fazenda, apresentava-se como favorável à intervenção do Estado nas atividades econômicas nacionais, sob a justificativa Varguista de que “É a necessidade que faz a lei: tanto mais complexa se torna a vida no momento que passa, tanto maior há de ser a intervenção do Estado no domínio da atividade privada. ”

¹Relações Internacionais - Faculdades Metropolitanas Unidas- FMU.

O objetivo maior do Estado Novo era a industrialização nacional. O investimento estatal permitia um desenvolvimento que a burguesia nacional era incapaz de realizar, mas que era de suma importância para o processo de industrialização nacional, pois forneciam as ferramentas e estruturas para a continuidade das atividades produtivas nacionais.

Outra ideia do Estado Novo, esta datando os idos dos anos 1940, era sobre a criação de condições para o financiamento do processo de desenvolvimento econômico, principalmente através de um banco de investimento no Brasil. A economia brasileira passava por importantes transformações, e o setor industrial era cada vez mais importante e participativo na estrutura econômica nacional. Cada vez mais, os investimentos deveriam ser orientados para o mercado interno (Furtado, 2007, cap. XXXII).

Em 3 de março de 1942, os Acordos de Washington, marcam o resultado de negociações entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos, e versavam basicamente sobre o fornecimento de matérias-primas brasileiras à indústria norte americana, que vinha enfrentando os resultados da Guerra.

Dentre os resultados do acordo estava a criação de uma corporação destinada a promover a expansão econômica brasileira, com cooperação técnica e financeira dos EUA. Concretizam-se então, quatro missões Brasil- EUA: Missão Aranha (1939); Missão Cooke (1942); Missão Abbink- Bulhões (1948); e Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (1950).

A Missão Cooke tinha como objetivo o desenvolvimento econômico pautado em duas ideias centrais: elevar o nível de vida dos brasileiros e promover o crescimento do comércio exterior. Entre as conclusões da Missão Cooke, propunha-se a criação do banco de financiamento para auxiliar na industrialização nacional, com aporte de capital assegurado por novos impostos. Havia também um debate sobre a criação de um banco de exportações e importações, baseado no modelo do Eximbank, que gerou a criação da Carteira de Exportações e Importações (Cexim).

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o apoio dos EUA ao Estado Novo diminuiu, e a elite brasileira forçou a mudança de regime, levando a vitória eleitoral o general Eurico Gaspar Dutra. Com a posse de Dutra, em 1946, as políticas liberais ganharam força, agradando grupos nacionais e empresas estrangeiras. Porém, uma crise econômica externa afetou a economia nacional e obrigou o governo a adotar medidas de controle na política de comércio exterior.

Em 1948, o Brasil recebeu uma terceira missão, a Missão Abbink. O governo norte-americano queria minimizar os efeitos da sua nova política externa, e amenizar os protestos dos industriais brasileiros, que alegavam que os EUA privilegiavam muito mais a Europa,

com o Plano Marshall. O relatório final da Missão Abbink-Bulhões foi elaborado com base em princípios liberais e pregava uma política industrial ativa para o setor privado. Além de dar ênfase ao controle inflacionário, apresentava, também, uma política rígida para expansão do crédito, mantinha a ideia de um banco de investimento, mas que esse fosse privado (Bulhões, 1950). Do lado brasileiro, as decisões sofreram com a falta de consenso. Monetaristas e estruturalistas se opunham pela primeira vez, debate que depois seria levado as estruturas da Comissão Econômica para a América Latina.

Embora as Missões não representassem um compromisso efetivo dos norte-americanos em relação ao fornecimento de aportes para o Brasil, as Missões promoveram a organização de uma base de dados sobre a economia nacional. Em 1950, o chanceler Raul Fernandes, Ministro do Exterior do Governo Dutra, propôs a criação de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, com o objetivo de obter assistência técnica e investimentos.

A proposta de Fernandes havia sido feita em abril, durante uma reunião com embaixadores no Rio de Janeiro, mas só foi aceita em dezembro de 1950, quando a vitória de Vargas já estava definida e os Estados Unidos precisavam de apoio político devido a intervenção na Guerra da Coreia. O governo norte-americano tinha também o interesse em explorar as reservas de manganês no Brasil.

Quando Vargas tomou posse em janeiro de 1951, escolheu como ministro do Exterior João Neves da Fontoura, que deveria ser responsável por ampliar as relações Brasil-EUA. Do lado do Brasil, caberia estabelecer uma política amigável para os investimentos das empresas norte-americanas e contribuir com matérias primas para a economia de guerra dos Estados Unidos. A Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU) foi oficialmente instalada em julho de 1951 com a vinda de técnicos em transporte ferroviário, marítimo e fluvial, energia elétrica, metalurgia, construção naval, indústrias básicas e agricultura.

A CMBEU teve funcionamento ativo entre julho de 1951 e julho de 1953, com base nas instruções geradas pela Missão Abbink-Bulhões. Washington seguia incentivando os estudos sobre a economia brasileira, mas não apresentava uma proposta definitiva sobre a responsabilidade das instituições norte-americanas envolvidas.

O ápice do otimismo brasileiro foi marcado pela Lei nº1.628, em 18 de junho de 1952, que criava o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O governo, então, estabelecia um aparato legal e institucionalizado, que poderia dar suporte ao Plano de Reabilitação Econômica e Reparcelamento Industrial. O Banco do Brasil (BB) se encarregaria de gerir os recursos arrecadados pela Receita, enquanto o BNDE ficaria como instituição responsável pela gestão e aplicação dos recursos do fundo.

1.2 - OS BANCOS DE DESENVOLVIMENTO E O BNDE

Para os principais teóricos das Ciências Econômicas, o fornecimento de crédito é um dos principais motores do crescimento econômico. Sendo a principal via para os investimentos produtivos, que fomentavam o crescimento econômico.

O investimento no setor produtivo costuma ser um processo de longo prazo, não interessando ao setor de financiamento privado pelos altos riscos, incertezas e a demora no retorno financeiro, devido aos longos prazos de pagamento. Em muitos países, principalmente os em desenvolvimento, o capital de mercado é insuficiente para sustentar e prosperar o desenvolvimento, fomentando as relações dependentes e as trocas desiguais, devido a deterioração dos termos de troca. Surge então, como alternativa, os bancos de desenvolvimento. Os objetivos do BNDE foram sendo modificados ao longo dos anos, atendendo as demandas provenientes da globalização e do avanço natural da sociedade.

Os anos 60 foram favoráveis ao investimento no setor agropecuário. Nesta mesma época, pequenas e médias empresas passaram a utilizar as linhas de financiamento do BNDE.

Em 1971 o Banco se torna uma empresa pública, tendo assim uma maior flexibilidade na contratação de funcionários e colaboradores, e uma maior liberdade nas operações de captação e aplicação de recursos. É com esta mudança que o Banco passa a ter, também, uma menor interferência política.

Nos anos 70 o Banco foi fundamental na política de substituição de importações. Setores de bens de capital e insumos básicos passaram a receber mais investimentos, o que levou à formação do mais completo parque industrial da América Latina. O Banco se tornou uma das primeiras fontes a investir em informática e microeletrônica.

Nos anos 80, a questão do bem-estar e desenvolvimento social foi adicionada as preocupações com o desenvolvimento. Esta mudança refletiu, também, no BNDE que em 1982 passa a ter o "S" de Social em seu nome, tornando-se então o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Nesta mesma época, enquanto buscava expandir o mercado interno, o Banco passa a ter como objetivo habilitar a economia brasileira para a disputa do mercado comprador externo. As empresas brasileiras passam a receber incentivo para concorrerem com produtos importados, além de estímulo a exportações. Em 1983, as exportações passaram a contar com a colaboração de um setor especializado do Banco.

Nos anos 90, auge da investida neoliberal que se alastrou pela América Latina e se tornou a base direcional das ações políticas e econômicas da região, o BNDES passou a

investir na privatização das grandes estatais nacionais. O Banco foi responsável pelo suporte administrativo, financeiro e técnico do Programa Nacional de Desestatização, que teve início em 1991.

O programa de incentivo à exportação, passou a abarcar o incentivo as micro, pequenas e médias empresas. Neste momento o Banco investe também no setor de comércio e serviços. Foi na década de 90 que o Banco, considerando mais a preocupação com o meio ambiental, passou a classificar o risco ambiental dos projetos. Na área do investimento social, teve início o programa de microcrédito.

Em 1995, o BNDES passou a apoiar o setor cultural, investindo na produção de filmes e na preservação do patrimônio histórico e artístico nacional. Em 2006 o investimento cultural passou a ser política de economia, e o Banco financiou todas as etapas da cadeia produtiva cultural.

2- A POLÍTICA EXTERNA DA ERA LULA

Com a falha do modelo neoliberal, amplamente defendido por FHC, o Brasil sofreu com o déficit no comércio exterior, endividamento externo, alienação dos ativos de empresas nacionais e o aumento na relação dependente para com os Estados capitalistas dominantes, resultando na perda de poder e mobilidade na forma de se fazer política externa. A eleição de Lula girava em torno da expectativa de mudanças, conforme seu discurso de posse:

Mudança: esta é a palavra-chave, esta foi a grande mensagem da sociedade brasileira nas eleições de outubro. A esperança venceu o medo e a sociedade brasileira decidiu que estava na hora de trilhar novos caminhos. [...]. Foi para isso que o povo brasileiro me elegeu Presidente da República: para mudar. (LULA DA SILVA, 2003, p.27-28)

A política articulada seguindo um modelo de neodesenvolvimentismo seria a base do governo de Lula, que beneficiado pela abertura econômica, se apresentava mais capacitado para modernizar plantas industriais e disputar uma maior participação no mercado internacional, associado ao seu posicionamento de esquerda progressista e seu intuito de alinhamento com outros eixos além do Norte-Sul, Lula buscava aprofundar a coordenação política com países em desenvolvimento e emergentes, principalmente com China, África do Sul, Índia e Rússia (posteriormente, como será apontado, no ano de 2008 a cooperação entre estes Estados resultaria no BRICS² (a África entra oficialmente no bloco em 2011). Embora grande parte desta agenda de negociações multilaterais tenha se iniciado no período final do

² Grupo político-diplomático de cooperação que segundo o Itamaraty, desde sua fundação o BRICS procura “a coordenação em reuniões e organismos internacionais; e a construção de uma agenda de cooperação multissetorial entre seus membros.”

governo de Fernando Henrique Cardoso, foi com a eleição de Lula que o aspecto de integração ganhou força e tornou-se prioridade na agenda internacional brasileira (CEPALUNI; VIGEVANI, 2011).

Enquanto a crise neoliberal seguia protegendo os membros da União Europeia e Estados Unidos, os países em desenvolvimento e emergentes não mais subordinavam-se integralmente aos desejos do capital. Foi o momento em que o neoliberalismo recuou nas periferias, levando as nações emergentes a promoverem sua própria união em busca da sobrevivência da democracia, e da possibilidade de uma alteração na tradicional ordem global de poder, cenário também favorecido pela globalização (CERVO; BUENO, 2015)

A importância dos novos atores no cenário internacional, escancara a assimetria de poder no sistema, neste momento, segundo o secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, Pinheiro Guimarães, o Brasil deveria mudar sua postura em suas relações internacionais:

Na execução de sua política externa, e sempre orientado pelos princípios constitucionais, o Brasil, em um mundo profundamente desigual, arbitrário e violento, tem que reagir às iniciativas políticas das Grandes Potências e, muito especialmente, da Hiperpotência, os Estados Unidos; o Brasil tem que articular alianças políticas, econômicas e tecnológicas com os Estados da periferia do sistema internacional para promover e defender seus interesses; e o Brasil tem que transformar suas relações tradicionais com as Grandes Potências, historicamente desequilibradas (GUIMARÃES, 2006, apud VIGEVANI, CEPALUNI, 2016, p. 106.)

Na ALCA³, o Brasil passou a negociar de forma mais dura, alegando que não daria prosseguimento as negociações se as demandas nacionais não fossem atendidas.

Na ONU a busca por um assento permanente no Conselho de Segurança voltou a ser tratada de forma mais firme, alegando que os países emergentes deveriam ter um poder de decisão no novo ordenamento mundial. O Brasil utilizou a missão de paz no Haiti como forma de projetar sua imagem como candidato ao Conselho.

A intenção de utilizar o Mercosul⁴ como ferramenta de negociação no comércio regional, era clara. A agenda internacional de Lula, buscava inclusive promover a relação do Mercosul-União Europeia.

³ ALCA: Área de Livre Comércio das Américas, surge de uma proposta norte-americana, em 1994 e propunha eliminar as barreiras alfandegárias entre os 34 países do continente Americano, com exceção a Cuba, visando uma área de livre comércio a ser formada até 2005. O Brasil tem grandes ressalvas as propostas da ALCA por acreditar que beneficiam amplamente os EUA.

⁴ Mercado Comum do Sul: Surge em 1991, através do Tratado de Assunção, com o objetivo de integração dos Estados Partes por meio da livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos, do estabelecimento de uma Tarifa Externa Comum, da adoção de uma política comercial comum, da coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais, e da harmonização de legislações nas áreas pertinentes (MERCOSUL, 2017).

No âmbito do Mercosul, Lula buscou, também, aumentar o peso do projeto da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA). O bom desempenho dos projetos desenvolvimentistas pela IIRSA também favoreciam o bom relacionamento regional, principalmente entre Lula e Kirchner.

Com estas estratégias, a política externa de Lula, buscava utilizar o cenário internacional para alcançar os interesses nacionais. Como política de Estado, Lula buscava vincular a PEB à vocação industrial nacional para atingir a harmonização do nexos entre Estado e sociedade. Os objetivos internos, que pautam o chamado “Estado Logístico”, ficam fixados em: utilizar o liberalismo de mercado com regras de reciprocidade de benefícios; expansão dos negócios comerciais internacionais e internacionalização de empresas brasileiras; e reafirmar a capacidade de influir sobre o ordenamento global (CERVO; BUENO. 2015).

Segundo Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, o Estado Logístico não se reduz a um Estado prestador de serviços, como era na época do desenvolvimentismo. Tão pouco é um Estado passivo diante das imposições do capital e das potências hegemônicas, como durante o período neoliberal. O Estado Logístico se baseia em um planejamento estratégico de desenvolvimento, e apoia e legitima a iniciativa de outros atores econômicos e sociais, repassando responsabilidade e poder.

Três causalidades colaboram para a consolidação do Estado logístico no Brasil de Lula: a) a sociedade encontra-se em nível avançado de organização (...) condição que facilita a função de coordenação superior do Estado guiado pelo interesse nacional (...); b) a estabilidade política e econômica, que sugere associar a lógica da governabilidade interna com a lógica da governança global; c) o nível avançado dos agentes econômicos e sociais em termos de organização empresarial e competitividade sistêmica (CERVO; BUENO. 2015, p. 529)

A recuperação das rédeas da própria agenda política, interna e externa, permitiu que o Governo Lula tivesse mais firmeza e mobilidade nas negociações internacionais, desvinculando-se do alinhamento integral com os Estados Unidos.

A reciprocidade passa a ser outra diretriz da PEB no século XXI, Lula passa a buscar o livre comércio, baseado em uma reciprocidade que atinja todos os setores da ordem internacional, comércio, economia, segurança, questões referentes ao meio ambiente, saúde e direitos humanos. A PEB defendia que o multilateralismo da reciprocidade seria benéfico para todas as nações, e daria voz as nações subdesenvolvidas, emergentes e em desenvolvimentos, que poderiam contar com maior apoio internacional. O Brasil no século XXI continuou defendendo soluções pacíficas e negociadas em casos de controvérsias. Buscando adaptar o comércio de forma a atender os países centrais e os periféricos.

A questão da representatividade no âmbito do Conselho de Segurança para manutenção da paz global, e o desequilíbrio decisório na OMC, foram as principais bandeiras na campanha do Brasil em busca da união regional para pleitearem um maior espaço nos órgãos internacionais. O Brasil sempre buscou a interdependência entre os Estados, e vê nas relações econômicas um cenário favorável para essa integração cooperativa.

Em 2004, a Argentina era o segundo principal destino das exportações brasileiras, atrás apenas dos Estados Unidos, reforçando o caráter cooperativo Sul-Sul. A China, em 2010, torna-se o primeiro e principal parceiro econômico do Brasil, mostrando a eficiência do BRICS e a boa relação nacional com Estados das mais variadas localidades geográficas (CERVO, BUENO, 2015).

Neste momento, o Brasil passa a recusar tratados de livre comércio que evidenciem e perpetuem a assimetria de poder, e levando em consideração o realismo da política exterior, as relações com o Sul são mais favoráveis, pois o Norte demanda grande mobilização estrutural, além de um mercado que oferece pouco e exige muito nas trocas comerciais.

O peso dos emergentes foi sentido pelos países ricos, que durante a tradicional reunião na cúpula da Alemanha, em 2007, o G8 (Alemanha, Itália, França, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Japão e Rússia), convidou um G5 (China, Índia, África do Sul, México e Brasil). Já em 2009, durante a 35ª cúpula, realizada em Anquila, na Itália, o G8 propôs a criação de um G14 (G8+G5+ Egito). O convite, segundo Cervo e Bueno, não era mera cortesia, mas sim uma referência a relevância dos emergentes no encaminhamento dos temas e solução de problemas de ordem global (CERVO, BUENO, 2015).

Durante a recessão de 2008, que afetou diretamente as economias desenvolvidas, obrigando inclusive o G8 a diluir-se no G20, o Brasil foi afetado negativamente com a queda das exportações, principalmente dos produtos manufaturados; queda dos investimentos diretos do exterior e redução no ritmo do crescimento econômico. É diante deste impacto que uma iniciativa interna e duas externas são montadas: a intensificação dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); reforço na coalizção do eixo sul, buscando alcançar a reforma no FMI e do Banco Mundial; e o repasse de dez bilhões de dólares ao FMI para aumentar a disponibilidade do fundo em relação aos países em desenvolvimento.

As rodadas de negociação do Brasil, e outros emergentes, com os grandes capitais, deixa três conclusões indispensáveis para compreensão dos resultados da PEB: as reuniões tratavam de temas de interesse direto do Brasil, cabendo a política nacional avaliar quais acordos eram favoráveis ou não de serem firmados; neste momento o país se torna proprietário intelectual, principalmente após a disputa pela quebra de patente do medicamento

contra a AIDS, e investidor internacional; e ressalta a importância da autonomia decisória e liderança da própria política para obtenção e preservação dos interesses nacionais (CERVO, BUENO, 2015)..

A partir de 2003 a balança brasileira passa a ter um superávit, principalmente em razão do aumento no consumo e no preço das commodities que o país exporta. Se, segundo o Ministério da Fazenda, em 1999, o total de exportações era de 48 bilhões de dólares, em 2002 passa a 60 bilhões, atingindo 197,9 bilhões em 2008. E se em 1999 o saldo era de -1 bilhões de dólares, passa para 40 bilhões de dólares em 2007, ano em que há uma diversificação nas exportações, passando do já consolidado setor do agronegócio, para exportação de produtos sofisticados como aviões e softwares. É neste cenário, que após a crise dos Estados Unidos e União Europeia, a China se firma como primeiro parceiro comercial brasileiro, em 2010. Dos produtos manufaturados, 40% eram destinados ao consumo das grandes potências (China, EUA, EU), e outros 40% para a América Latina, o que evidencia a importância regional e o porquê da preocupação do governo Lula em olhar para o eixo Sul-Sul.

A diplomacia comercial brasileira sempre se pautou em uma liberação dos mercados, e buscava aumentar o equilíbrio entre o aumento da produtividade nacional em nível sistêmico global, e a ainda baixa participação no comércio internacional. É na OMC que o Brasil busca ter atendido suas duas principais demandas comerciais: a liberalização do mercado agrícola e o fim dos subsídios na Europa e EUA, e não fazer concessões no comércio dos manufaturados enquanto esta demanda não for atendida. É diante da resistência encontrada no âmbito da OMC, que surgem projetos como a ALCA e o Acordo de Livre Comércio Mercosul-União Europeia (CERVO, BUENO, 2015).

A questão agrícola era de grande relevância para a política brasileira, tanto que por não obter resultado favorável na OMC, a questão evoluiu para a ONU, que em 2008 convocou uma assembleia da FAO. A crise dos alimentos estourou em 2008, depois de se verificar que em um ano o preço do trigo aumentou 100%, 80% de aumento no preço da soja e 70% de aumento em outros cereais. A proibição de exportações agrícolas, resultava em estoques preventivos, revoltas e possíveis novas guerras em decorrência dos 850 milhões de esfomeados ao redor do mundo. Porém, mesmo com a participação de 4.800 delegados, 40 chefes de Estado e 193 países membros, os resultados da FAO foram insatisfatórios. (CERVO, BUENO, 2015).

Para o Brasil, o insucesso nas negociações é muito custoso, e força o país a apostar ainda mais em uma aproximação com o Sul, resultando em um acordo, firmado em dezembro de 2009, entre 22 países em desenvolvimento, com a promessa de redução de 20% nas tarifas.

Segundo a teoria realista das relações internacionais, a segurança é diretamente relacionada a projeção de poder dos Estados, e temática intrasferível da sua política, não pode ser terceirizada e nem confiada a qualquer outro Estado. Partindo deste ponto, a segurança é temática central na agenda das potências. A diplomacia brasileira critica as ações preventivas norte americanas, a ingerência europeia e o terrorismo, além disso, vincula ao âmbito da segurança as questões do desenvolvimento e do combate à fome. Com sua característica majoritariamente diplomática na resolução de conflitos e manutenção da paz, o Brasil reivindica há anos um assento no Conselho de Segurança da ONU.

Se em 1996, o Brasil criou o Ministério da Defesa e cuidou da questão das fronteiras amazônicas e do Atlântico Sul, poucos outros efeitos em relação a política nacional de segurança foram feitos. Então, em 2007, o Governo Lula concebe um plano de equipamento para as forças armadas brasileiras: relançar a indústria militar e o setor de pesquisa tecnológica para promoção interna.

Em 2004, o Brasil já havia se associado a países membros do Cone Sul, Argentina e Chile, conseguiu cooperação com Uruguai, Peru e Bolívia, e assumiu o comando de tropas em missões de desenvolvimento e paz no Haiti, a missão de paz mais importante da ONU desde 1946. Tais esforços serviriam para mostrar ao mundo a capacidade do Brasil na manutenção da paz, visando sempre o Conselho de Segurança da ONU (BUENO, CERVO, 2015).

Em 2008, com a criação da Unasul⁵ (União de Nações Sul-Americanas) o Brasil propôs a criação de um Conselho de Defesa Sul-Americano, como um de seus órgãos. O objetivo era afastar a intervenção das potências da questão da segurança nos países Sul-Americanos. Além disso, o Conselho seria responsável por manter a região pacífica e servir como foro para negociar a solução de conflitos regionais.

Um dos principais resultados do desenvolvimento econômico e social, se deu através da internacionalização da economia brasileira, principalmente com a internacionalização de empresas. Lula apoia a consolidação de empresas nacionais como empresas competitivas, eleva o aporte de capital do BNDES de forma a facilitar o acesso da burguesia ao financiamento realizado pelo Banco, possibilitando assim, uma maior inserção na economia internacional, principalmente na regional (BRAGA, 2015).

O principal investimento das empresas brasileiras se encontra na América do Sul, onde operam mais de mil empresas, entre médias e grandes conglomerados empresariais. O

⁵ Unasul: O bloco reúne os doze países da América do Sul: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela. Tem como objetivo principal, fomentar a integração entre os seus países-membros. Inclusive, passando da integração econômica, atingindo, também, o âmbito cultural, social, político, ambiental e científico.

investimento brasileiro é grande agente condicionador do desenvolvimento da região. As principais empresas investidoras são os grandes grupos, como a Vale do Rio Doce e Petrobras. Seguidas por Gerdau, Embraer, Oderbrecht, Itaú, Braskem, Votorantim, Camargo Correa e WEG. São diferentes áreas como: mineração, prospecção, metalurgia, indústria e tecnologia. (BUENO, CERVO, 2005).

As motivações dos investidores brasileiros são diversas, entre elas: a valorização da moeda, que incentivava a aquisição de ações das multinacionais; a abertura de filiais, uma vez que a compra de outras empresas favorece a captação de recursos no exterior; elevação do nível sistêmico de produtividade, visando estimular a exportação com maior qualidade (BUENO, CERVO, 2005).

É neste cenário, na busca pela internacionalização das empresas nacionais, aumentando a capacidade competitiva, que Lula utiliza o BNDES como agente de política interna, e externa.

2-1 – O BNDES NA ERA LULA

Neste momento, o Banco amplia seu caráter social, para além de promover a competitividade da economia brasileira, passando a focar no desenvolvimento agregado a sustentabilidade, a geração de emprego e renda, e a reduzir mais do que a desigualdade social nacional, mas também regional. Todos os segmentos econômicos são contemplados pelo Banco: agropecuária, indústria, comércio e serviços, infraestrutura, sempre com condições especiais para as micro, pequenas e médias empresas. O incentivo às exportações e o fortalecimento do mercado de capitais permanecem como ações estratégicas.

O fundo do BNDES passou de 1% do PIB, na década de 1990, para algo entre 4% e 5% no final de 2010 (LAMENZA, PINHEIRO, GIAMBIAGI, 2011).

No ano de 2011, o Banco emprestou U\$73 bilhões, quase o dobro dos recursos fornecidos pelo BIRD. Entre 2005 e 2010, o aumento nos empréstimos do BNDES foi de 391% em dólares (LEOPOLDO, 2011).

Para favorecer a internacionalização, o banco passou por modificações estatutárias, que possibilitaram o apoio do banco a investimentos no exterior, desde que os investimentos resultassem em exportações de produtos domésticos; organizou a formação de grupos de trabalho sobre internacionalização; e abriu um escritório representativo em Montevideu e um escritório subsidiário em Londres.

Em 2002 o banco desembolsou as exportações U\$3,9 bilhões, valor que passou para U\$11,3 bilhões em 2010 (BNDES, 2011). O objetivo era aumentar a exportação de bens e

serviços de maior valor agregado, expandir a capacidade de geração de emprego e aumentar a renda do país.

A partir de 2003, combinando um cenário político-econômico favorável, interna e externamente, as iniciativas do Banco entraram em consonância com o discurso nacional de promoção da integração regional, auxiliando na redução dos problemas de infraestrutura e buscando aumentar os fluxos comerciais da região. Segundo o próprio BNDES, em relatório disponibilizado no ano de 2004, foi a partir de 2003 que a integração sul-americana passou a ser parte do plano do BNDES, dentro da sua missão como agente da política externa brasileira.

Analisando o comércio regional Brasil-América Latina, fica explícito a importância sul-americana na expansão das empresas brasileiras. A região consome cerca de 20% das exportações brasileiras, principalmente bens e serviços de alto valor agregado, o que oferece ao Brasil superávit e torna a região um mercado mais promissor se comparado a outros mercados externos. A proximidade geográfica e cultural, a adoção de acordos comerciais e marcos regulatórios que favorecem os investimentos brasileiros no exterior, explicam a presença de um alto número de empresas brasileiras na região (MRE-Brasil, 2011).

Segundo o próprio BNDES, em relatório disponibilizado no ano de 2004, foi a partir de 2003 que a integração sul-americana passou a ser parte do plano do BNDES, dentro da sua missão como agente da Política Externa brasileira. É neste momento que o desenvolvimento da estrutura produtiva do país se torna prioridade das ações políticas em âmbito federal. Os principais setores nos quais o BNDES passa a investir são: Energia Elétrica, Logística (rodovias, ferrovias, portos e aeroportos), Mobilidade Urbana e Saneamento. A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE- 2004-2008) buscava aumentar a eficiência econômica, o desenvolvimento, difusão de tecnologias e ampliação da eficiência produtiva em setores com maior capacidade competitiva a nível internacional (BNDES, 2017).

Durante o segundo mandato de Lula, mais precisamente em 2008, entra em vigor a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), seguindo o lema “Inovar e investir para sustentar o crescimento” com programas que buscavam consolidar e expandir a liderança em setores com capacidade de projeção internacional: Bioetanol; Petróleo; Gás Natural e Petroquímica; Aeronáutica; Mineração e Siderurgia; Celulose; e carnes, o objetivo era priorizar os investimentos, introduzir metas monitoráveis e ampliar o leque de setores e temas apoiados (BNDES, 2017).

No setor interno os principais desembolsos do Banco foram para atividades relacionadas a infraestrutura em geração de energia, transporte, saneamento. Beneficiaram-se então, empresas construtoras e fornecedoras de equipamentos, fabricantes de dutos para gás e petróleo, fornecedoras de máquinas, equipamentos e materiais de transporte.

Entre 2001 e 2010, o financiamento para empreiteiras brasileiras no exterior passou de U\$194,5 milhões para U\$1,3 bilhões. O montante ficou concentrado principalmente em empresas com grande estrutura nacional e com presença já consolidada no exterior, como as construtoras Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Odebrecht. As empresas citadas, possuem grandes recursos tecnológicos e financeiros, podendo assim, diversificarem suas áreas de atuação, marcando presença no setor de energia, petroquímica, telecomunicações e têxteis, além do amplo financiamento de campanhas eleitorais nacionais (SANTOS, 2012).

3 - OS PRINCIPAIS INVESTIMENTOS DO BANCO NA AMÉRICA LATINA E O IMPACTO NA POLÍTICA EXTERNA

Brasil x Uruguai:

Em 2003, o então presidente uruguaio, Jorge Battle, veio ao Brasil buscando investimentos em seu país. Battle era um dos que, abertamente, apoiava o Brasil em sua busca por um assento permanente no Conselho de Segurança.

Em 2004, com as eleições presidenciais e a vitória de Tabaré Vasquez, este aproveitou para apontar a necessidade de o Brasil seguir investindo na infraestrutura dos membros menores do Mercosul, principalmente em relação a questão hidrelétrica, já que a falta de energia era um grande problema para o governo uruguaio.

Segundo informe do Mercosul, em 2005 o superávit do Brasil em relação ao Uruguai, foi de U\$381,1 milhões, o que gerava grande reclamação do país vizinho. Neste momento, o Uruguai passa a indicar a possibilidade de um acordo com os Estados Unidos, o que faz com que o Brasil retome as conversas sobre investimento com maior intensidade.

Em março de 2006, o Brasil se compromete a investir um aporte de U\$80 milhões em projetos da Petrobrás no Uruguai, além de apoio do BNDES para construção de uma ponte e um terminal no porto de Nova Palmira (CORREIO BRASILIENSE, 2006, apud MASCHION, p.125, 2008)

Neste cenário, buscando um maior equilíbrio nas relações dentro do bloco do Mercosul, Lula busca ações como o Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM)⁶.

O governo brasileiro buscava esclarecer aos uruguaios as vantagens de permanecerem como sócios plenos do bloco, entre elas: financiamento produtivo, maior acesso ao mercado brasileiro e cooperação técnica na área de energia.

Em 2007, o governo brasileiro reavalia a relação com o Uruguai. A associação do BNDES com o banco de desenvolvimento uruguaio BROU (Banco da República Oriental do Uruguai).

As relações Brasil-Uruguai resultaram, também, na instalação de um escritório que representa a sede administrativa do BNDES, em Montevideú, capital do Uruguai.

Brasil x Paraguai:

Em maio de 2003, o presidente paraguaio Nicanor Duarte Frutos, veio ao Brasil para conversa com o presidente Lula. Lula anunciou a abertura de linhas de crédito do BNDES para o Paraguai, e cobrava do vizinho um maior empenho na luta contra a pirataria e o contrabando.

Em outubro do mesmo ano, em nova visita do presidente paraguaio, o governo brasileiro reafirmou que as relações com o Paraguai estavam inseridas no projeto da via que ligaria o Brasil ao Pacífico, e também na busca de apoio político, para unir o Mercosul no que diz respeito as discussões da ALCA. O Presidente paraguaio, também apoiava o ingresso do Brasil no Conselho de Segurança da ONU.

Em 2004, Brasil e Paraguai assinaram, na cúpula do Mercosul, realizada em Belo Horizonte, contratos de investimento brasileiro nas áreas de álcool e infraestrutura rodoviária. O objetivo era aumentar o comércio e aplicar tecnologia brasileira no destilo de álcool para o Paraguai (CORREIO BRASILIENSE, 2003, apud MASCHION, p.128, 2008).

No ano de 2005, um clima de tensão se instaurou na relação entre os dois países, principalmente pela insatisfação paraguaia, pela lentidão brasileira em liberar os recursos do BNDES; a construção da segunda ponte da amizade, que nunca saiu do papel, e deveria ser financiada pelo BNDES; e a aproximação dos Estados Unidos com o Paraguai. Além disso, o

⁶ O FOCEM busca: “financiar programas para promover a convergência estrutural, desenvolver a competitividade e promover a coesão social, em particular das economias menores e regiões menos desenvolvidas; apoiar o funcionamento da estrutura institucional e o fortalecimento do processo de integração” (MERCOSUL, 2017). O Brasil é o maior investidor do fundo, com 70% dos recursos disponibilizados.

presidente paraguaio questionava o acordo sobre o fornecimento da Usina de Itaipú, alegando que o Brasil pagava U\$270 milhões anuais, e que este valor era muito baixo.

Em agosto de 2005, uma visita do secretário de Defesa norte-americano, Donald Rumsfeld, colocou em alerta a diplomacia brasileira. A imprensa dos EUA vazou que haviam sido oferecidos U\$400 milhões para projetos de cooperação militar EUA-Paraguai, e o avanço do envolvimento norte-americano na região preocupava o Brasil.

Os setores econômicos nacionais, não tinham grandes interesses no Paraguai, o que dificultava que a relação entre ambos deslanchasse na questão de investimentos.

As tensões entre Brasil e Paraguai, seguiram, sem grandes melhoras, mas também sem grandes crises, além da constante reclamação paraguaia de marginalização nas prioridades de integração regional do Brasil.

Brasil x Venezuela:

A “Ata de Recife” assinada por Brasil e Venezuela, em abril de 2003, versava sobre o avanço da IIRSA e ao uso de investimentos privados brasileiros feitos a partir das linhas de crédito para exportação do BNDES. Os projetos eram direcionados, principalmente, as áreas de energia e petróleo. Contratos com a Petrobrás e a PDVSA (Petróleos de Venezuela) para cooperação energética, e a reativação da comissão de alto nível Brasil-Venezuela (COBAN), buscando aumentar as relações bilaterais.

A crescente aproximação com a Venezuela, tem raízes ideológicas. Mas o fator mais relevante na relação bilateral, diz respeito aos interesses comerciais brasileiros. Em agosto de 2003, o Governo brasileiro anunciou a abertura de uma linha de crédito de U\$1 bilhão do BNDES para financiar projetos de exportação de bens de serviço e de capital para a Venezuela.⁷ (MASCHION, 2008).

Durante estas negociações, a Venezuela se aproximava de um referendo para definir a permanência do Presidente Hugo Chávez no poder. O Brasil era grande apoiador da permanência de Chávez.

Foram então aprovados, os primeiros projetos concretos de integração física financiados pelo BNDES na região, que seriam executados pela iniciativa privadas brasileira.

A hidrelétrica “El Vultuosa”, com montante especulado em U\$155 milhões, contou com equipamentos e serviços da Alstom do Brasil.

⁷ Folha de São Paulo, Novo fôlego, 27 de agosto de 2003.

A Venezuela foi sólida parceira na aproximação política, financeira e comercial, tornando-se em 2007 o maior parceiro comercial do Brasil dentro do sistema CCR-Aladi.⁸

Outra importante investidora na região, foi a Oderbrecht. Com um contrato de U\$137 milhões para construção de uma represa no Oeste da Venezuela, parte do projeto foi financiado pelo BNDES. (MASCHION, 2008).

Brasil x Peru:

O acordo para a construção da ponte Assiz Brasil-Inapari, foi assinado em abril de 2003, como um projeto do IIRSA. O projeto havia sido inaugurado por FHC em 2000 e paralisado, sendo retomado pelo Governo Lula.

Lula assinou, neste mesmo ano, um acordo de expansão dos eixos do Amazonas, transoceânico central e interoceânico do sul. Segundo Darc Costa, vice-presidente do BNDES na época, o Brasil buscava levar a região ao status de quarto polo de comércio no mundo. (MASCHION, 2008).

A aproximação do Brasil com o Peru, resultando inclusive na entrada do Peru no Mercosul, buscava consolidar a posição do Brasil na América do Sul, aumentando o apoio em questões comerciais, políticas e de investimento em negociações multilaterais. Regionalmente, a aliança era estratégica para negociações com o FMI e OCDE.

Ao contrário de parte dos vizinhos sul-americanos, que reclamavam da pouca concretização nas promessas brasileiras, o Peru permanecia com uma postura de apoio ao modelo de atuação de Lula, apoiando a gestão do presidente inclusive em momentos críticos, como durante o escândalo do mensalão.

Em 2006, mesmo com uma turbulência interna no Peru, as empresas brasileiras seguiram seus investimentos na região. A Votorantim Metais investiu aproximadamente U\$210 milhões na compra de uma refinaria de zinco, e a AmBev inaugurou uma fábrica de cerveja, próximo a Lima. Embora os investimentos tenham sido feitos em o financiamento do BNDES, demonstravam a força e estabilidade da relação bilateral. (MASCHION, 2008).

Brasil x Equador:

Enquanto o Brasil aguardava o resultado das negociações com a comunidade andina (CAN), foi firmado, em maio de 2003, um acordo bilateral entre Brasil e Equador. O acordo englobava a prorrogação da concessão de crédito do BNDES para a construção da hidrelétrica

⁸ Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR) da *Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)*

de São Francisco (o acordo havia sido iniciado na gestão FHC, mas retomado apenas no Governo Lula). O projeto, de valor aproximado em U\$250 milhões, contou com financiamento do BNDES-Exim. O Equador se mostrava disposto a atender as demandas de garantias por parte do Brasil, colocando a cobertura direta sob cuidados do Banco Central equatoriano, em caso de não pagamento ao exportador brasileiro.

O presidente equatoriano, Luiz Gutierrez, também apoiava incondicionalmente a candidatura do Brasil ao Conselho de Segurança da ONU.

Em 2004, em visita ao Equador, o presidente Lula anunciou a liberação de créditos para investimentos em infraestrutura e refino de petróleo, além de financiamento para dois aeroportos, rodovias e a hidrelétrica de São Francisco.

A divergência entre o Equador e o Brasil, se dava em relação a Cuba. Lula defendia a criação do Clube Amigos de Cuba, e Equador e Uruguai, não apoiavam a iniciativa da política externa lulista.

As principais empresas brasileiras que investiram no Equador durante a gestão Lula, foram as construtoras Oderbrecht e Andrade Gutierrez, sendo a Oderbrecht a empresa brasileira com maior presença no Equador, segundo o embaixador Sérgio Florêncio.

No caso da construção da Hidrelétrica de São Francisco, pela Andrade Gutierrez, dos U\$303 milhões da obra, U\$243 milhões viriam do BNDES. A empresa e o Banco também estariam envolvidos no projeto do aeroporto de Tena, dos U\$60 milhões da obra, U\$50 milhões viriam do Banco. (MASCHION, 2008).

O superávit do Brasil diante do Equador, é histórico. O déficit equatoriano foi colocado em pauta durante a primeira visita de Rafael Correa como presidente eleito do Equador, em dezembro de 2006. Correa exaltou seu apoio a ideia de integração do governo Lula, e ressaltou que as diferenças poderiam ser contornadas com investimento brasileiro. (MASCHION, 2008).

Brasil x Bolívia:

Em 23 de outubro de 2003, o governo brasileiro perdoou a maior parte da dívida pública boliviana com o Brasil. Além de perdoar os quase U\$52 milhões de dívida, anunciou investimentos de U\$780 milhões na Bolívia. O governo brasileiro aumentou a importação de gás natural. Todas as medidas declaradas, visavam auxiliar a Bolívia a superar a crise que vinha enfrentando.

O Governo brasileiro, buscava acesso ao pacífico, através da Bolívia. Um importante acordo foi firmado entre o Ministério dos Transportes e a Brasil Ferrovias, Companhia Vale

do Rio Doce, Rio Tinto Brasil, Cargill, Grupo Oderbrecht e a Empresa Ferroviária Oriental da Bolívia. O documento visava investimentos para a recuperação da Novoeste, uma ferrovia de 1.300km, que liga o porto de Santos a Corumbá, na fronteira do Mato Grosso do Sul com a Bolívia. (MASCHION, 2008). Em 2006, a nacionalização das instalações de extração de gás natural da Petrobrás gerou um mal-estar diplomático. Do lado brasileiro, os financiamentos do BNDES foram suspensos para a Bolívia.

O Governo boliviano então, na figura de Evo Morales, solicitou ações efetivas na cooperação técnica nas áreas da saúde, educação e agricultura. Como resposta as propostas não concretizadas, o Governo boliviano exigiu a revisão do preço do gás, de U\$4,30 para U\$5,00. O ano de 2007 foi, em resumo, voltado a negociações em torno da temática do gás.

Embora abalada, a relação permaneceu, pois, a Bolívia era território de grande interesse para o Brasil.

4- CRITICAS AO BNDES

Diversas críticas aos investimentos feitos pelo Banco no exterior surgiram, alegando que os montantes poderiam ser investidos em infraestrutura nacional. Para os defensores da internacionalização, os investimentos externos são, indiretamente, redirecionados para investimentos no país. Segundo Ana Claudia Alem e Carlos Eduardo Cavalcanti, economista e engenheiro do BNDES, a internacionalização viabiliza a entrada das empresas nacionais em setores que não podem ser atendidos via comércio, o que possibilita estímulos indiretos às exportações a partir de multinacionais domésticas. Luis Mameri, vice-presidente da Oderbrecht América Latina e Angola, em 2009, alegava que 60% do que era usado em obras internacionais era produzido no Brasil, promovendo um efeito multiplicador na econômica local (Revista América Economia, Nov.2009).

O alto investimento do Banco nas empresas nacionais também gera crítica ao analisarmos o “sub imperialismo” regional. Tomando como exemplo a Friboi, onde o BNDES investiu R\$7,5 bilhões, com participação acionária de 22,36%. Em apenas dois anos, a Friboi teve sua receita multiplicada por dez. A empresa comprou uma série de outros frigoríficos nacionais que enfrentavam crise, levando Péricles Salazar, presidente da Associação Brasileira de Frigoríficos a definir que a concentração do setor acabou criando “uma empresa (...) que pode fazer o preço do boi e da carne. ”, esclarecendo que se tornou impossível para o mercado nacional competir com a Friboi.

Na América Latina, principal destino dos IBD, a Argentina detém 50% dos investimentos. Entre 2007 e 2009, os outros que mais receberam financiamento foram:

República Dominicana (19,9%); Chile (10%); Venezuela (9,8%); e outros países da região 4,7% (AMÉRICA ECONOMIA, Nov.2009).

O BNDES disponibiliza suporte às aquisições e projetos de implantação, expansão e modernização de empreendimentos, condenando os financiamentos às compras de insumos e equipamentos do Brasil, caracterizando assim, o que muitos chamam de imperialismo brasileiro na região. (SOUZA, 2016).

Segundo Matias Luce, diversos negócios brasileiros subsidiados, ainda que parcialmente, pelo BNDES caracterizam o subimperialismo brasileiro. Entre eles: A compra da Perez Compac pela Petrobras, na Argentina; a Camargo Corrêa, que comprou a maior fábrica de cimento argentina; a JBS/Friboi, que adquiriu unidades da Swift Argentina em 2005; o Banco do Brasil adquiriu o Banco da Patagônia em 2010 (LUCE, 2008; Ranking FDC, 2010).

O setor hidroelétrico brasileiro assumiu, através das empresas Oderbrecht e Camargo Corrêa, o controle de diversas operações na República Dominicana; no Chile, obras metroviárias contaram com o apoio do Banco; na Venezuela, a Hidrelétrica La Vueltona e o metrô de Caracas também contaram com recursos do BNDES (América Economia, Nov.2009)

Embora inegável, o imperialismo regional brasileiro é bem mais maleável e flexivo do que a relação dependente com países desenvolvidos. O Brasil, enquanto país periférico, permite aos países (beneficiados pelos investimentos do BNDES), uma maior margem de negociação de benefícios mútuos em caso de cooperação e integração regional. Além do que, mesmo com a militarização brasileira nos últimos anos, o país está longe de ser uma potência bélica capaz de valer-se de recursos militares para alcançar objetivos que, historicamente, estão sendo alcançados diplomaticamente.

Internamente, o aumento no repasse de recursos do BNDES favorecia a indústria, que poderia trabalhar em melhores condições de produção e comercialização para concorrer internacionalmente (IGLESIAS, 2008).

Regionalmente, o BNDES desembolsou, no ano de 2007, algo em torno de U\$4,2 bilhões, enquanto que a CAF liberou U\$5,85 bilhões.

A reestruturação do Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira possibilitou o financiamento em projetos de infraestrutura em regiões fronteiriças, reforçando ainda mais a ligação e cooperação entre o Brasil e países vizinhos.

CONCLUSÃO

Sobrevivendo as transições políticas ocorridas desde sua criação, o BNDES consolida-se, no Governo Lula, como o principal órgão de financiamento estatal à indústria nacional. O Brasil ganhou visibilidade internacional ao fortalecer suas relações comerciais e políticas além da relação dependente Norte-Sul. Além disso, ao assumir o papel de financiador do desenvolvimento infra estrutural sul-americano, o Brasil mostra proeminência ao cenário internacional, abrindo caminho para expansão comercial e novos acordos favoráveis com outros países periféricos. Junto a isso, o Brasil passa a liderar um movimento que pleiteava mudanças nos foros internacionais para solução de controvérsias econômicas e políticas diante das potências.

Embora longe de ocupar o desejado cargo no Conselho de Segurança da ONU, por diversas outras questões de ordem interna, mas principalmente pela estrutura do sistema internacional; o Brasil conseguiu convergir sua agenda de política interna de desenvolvimento econômico aproveitando-se da demanda regional por investimentos estruturais. Mostrando que o BNDES foi fundamental tanto no auxílio da realização da agenda de política econômica e política externa do governo Lula, quanto no crescimento e projeção da indústria nacional no cenário internacional.

BIBLIOGRAFIA

ALEM, Ana Claudia; CAVALCANTI, Carlos Eduardo. O BNDES e o apoio à internacionalização das empresas brasileiras: Algumas reflexões. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, n. 12, nº24, p.43-76, dez.2005

CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. História da Política Exterior do Brasil. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais/Editora da Universidade de Brasília, 2015.

FURTADO, Celso. (1959) Formação econômica do Brasil. 34 ed. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GUIMARÃES, S. P.; LULA DA SILVA, L. I. A política externa do Brasil. Brasília: IPRI/Funag, 2003a.

IGLESIAS, Roberto. Algunos elementos para caracterizar los intereses brasileños en la integración de la infraestructura en América del Sur, 2008, págs. 161-190.

LAMENZA, Guilherme; PINHEIRO, Felipe; GIAMBIAGI, Fabio. A Capacidade de desembolso do BNDES durante a década de 2010. Revista do BNDES, 2011.

LEOPOLDO, Ricardo. BNDES empresta 391% mais em 5 anos e supera em três vezes o Banco Mundial. O Estado de S. Paulo, 10 mar. 2011. Disponível em

<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bndes-empresta-391-mais-em-5-anos-e-supera-em-tres-vezes-o-banco-mundial-imp-,689817> . Acesso em: 18 dez. 2016.

LUCE, Mathias. La expansión del subimperialismo brasileño, Patria Grande, dic. 2008.

LULA DA SILVA, Luiz Inácio. Discurso do senhor presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão de posse, no Congresso Nacional, em Brasília. In: AMORIM, C.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (MRE). Balanço da Política Externa (2003-2010). Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br> . Acesso em: 20 jan. 2017.

RANKING TRANSNACIONAIS BRASILEIRAS 2010 – Fundação Dom Cabral (FDC).

Revista América Economia, nov. 2009.

Disponível em: <http://www.fdc.org.br/pt/Documents/ranking_transnacionais_2010.pdf >

SANTOS, Milton. Espaço e método – 5ª edição, São Paulo: EDUSP, 2012.

SOUZA, Angelita Matos. O expansionismo nos governos Lula e o BNDES. Disponível em: <http://www.ibri-rbpi.org/?p=2552> . Acessado em: 15 jan.2017.

VIGEVANI, Tullo & CEPALUNI, Gabriel. A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney a Lula. São Paulo: Editora Unesp, 2016.